

# UTILIZAÇÃO DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ COMO PONTO AVANÇADO DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

FABRÍCIO ROBSON DE OLIVEIRA\*  
Advogado

---

## SUMÁRIO

Introdução
Posição estratégica e ameaças no Atlântico Sul
Políticas públicas de defesa nacional
Importância da segurança e defesa do Atlântico Sul brasileiro
Ilhas de Trindade e Martim Vaz
Desenvolvimento e implemento das ilhas de Trindade e Martim Vaz para a vigilância, segurança e defesa brasileira
Meios de defesa das ilhas de Trindade e Martim Vaz
Uso de ilhas no Atlântico para segurança e defesa de soberania e ampliação de território
Conclusão

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui 7,4 mil quilômetros de costa e tem sob sua jurisdição 3,5 milhões de km<sup>2</sup> de águas jurisdicionais. Tal área, por ser composta de grandes riquezas e por sua grandiosidade, é chamada de Amazônia Azul.

O território nacional deve ser protegido de forma efetiva, e nossa fronteira marítima no Atlântico Sul é de extrema importância estratégica para nossa soberania. O poder marítimo é um conceito relativo, porque ele é fruto da comparação entre níveis de capacidades. Em função do poder marítimo do País é que será possível

---

\* Especialista em Direito Internacional pelo Centro de Direito Internacional (Cedin); bacharel em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac); técnico em Enfermagem pelo IF Sudeste de Minas e pesquisador assistente em Segurança e Defesa no Cedepem e Gepsi.

adotar uma política marítima e uma estratégia marítima, inserindo neste conceito o motivo de termos uma política pública de Segurança para garantir a representatividade no cenário internacional condizente com as potencialidades do Brasil.

A área estratégica de Segurança e Defesa precisa ser ampliada, pois ninguém faz defesa somente dentro da própria área territorial. É preciso se defender longe do litoral, a fim de não atrair a ameaça para dentro do próprio território. Então buscase obter um tempo de resposta em níveis adequados, em face da realidade atual e futura, sendo a utilização efetiva de nossas ilhas e arquipélagos uma soma para tal.

A busca pelas três autonomias – alimentos, energia e poder militar – além da busca por recursos hídricos, é um desafio para muitos países. A perspectiva de conflitos e crises não é decrescente, e não se deve descartar a possibilidade de uma crise mundial em longo prazo. O uso do poder militar continua a ser uma opção na solução de conflitos, e este ponto deve ser levado a sério pela sociedade brasileira.

Ressaltam-se algumas vulnerabilidades litorâneas brasileiras, como: a concentração da produção de petróleo no mar sem um sistema de defesa eficaz; a concentração de grandes cidades e dos sistemas produtivo e energético próximos ao litoral; e o comércio exterior dependente, quase que totalmente, de linhas de comunicações marítimas extensas, em que o controle e a defesa são complexos. Atualmente, os navios são de propriedade de armadores de várias nacionalidades e a tripulação idem, as cargas passam por

inúmeros portos distintos e há grande variedade de vida marinha.

O Brasil possui inúmeros pontos geográficos muito importantes para a soberania nacional. Porém, no certame sobre a Segurança e Defesa, há pontos de deficiência, tanto em infraestruturas voltadas ao tema como a falta de execução de políticas públicas de incentivo.

Nesta conjuntura, possuímos locais de extrema importância estratégica para a vigilância, a segurança e a defesa nacional, situados no Atlântico Sul, em nossa Amazônia Azul. Podemos citar o Arquipélago São Pedro e São Paulo, Ilhas da Trindade e Martim Vaz, Arquipélago Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Arquipélago de Abrolhos. A localização geográfica

estratégica e geopolítica destas ilhas oceânicas tropicais brasileiras qualifica esses locais como observatórios naturais do Atlântico Sul e Tropical.

Segundo Geoffrey Till (2009, p. 37, tradução nossa),

“ser marítimo traz vulnerabilidades, bem como oportunidades”. Sendo assim, justificam-se a implantação e os investimentos de meios adequados de vigilância e em Segurança e Defesa, devido a vulnerabilidades, riscos e ameaças associados.

Para isso deverão ser empregadas as três Forças Armadas e demais órgãos de Estado para atuar nos limites além-mar de nosso território, não contando apenas com o apoio da Marinha do Brasil (MB) em sua manutenção e habitação, mas também investindo em infraestrutura de equipamentos de emprego em Vigilância, Segurança e Defesa, principalmente nos locais onde há “certa facilidade” em sua

**A área estratégica de  
Segurança e Defesa precisa  
ser ampliada, pois ninguém  
faz defesa somente dentro  
da própria área territorial**

implantação, como é o caso de Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Abrolhos e das ilhas de Trindade e Martim Vaz.

O foco deste artigo é a existência de ilhas oceânicas brasileiras sem um sistema de defesa preestabelecido e atuante. O texto aborda a utilização de tais meios de vigilância e defesa nas ilhas de Trindade e Martim Vaz, locais que requerem maiores demandas logísticas e de maiores desafios. Porém, em contrapartida, são os territórios ao extremo leste/sul do País que precisam de maior atenção nesta linha.

## **POSIÇÃO ESTRATÉGICA E AMEAÇAS NO ATLÂNTICO SUL**

A posição estratégica que o Atlântico Sul ocupa no mundo é sabida e foi observada na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e, só com este exemplo, já se justifica a necessidade de protegê-lo de todas as formas.

Hoje se observa o interesse de potências extrarregionais em se posicionarem globalmente, incluindo a ocupação no Atlântico Sul em caráter permanente, com a instalação de bases militares, ou transitório, mediante a presença de plataformas marítimas e navios pesqueiros ou de pesquisa em águas internacionais adjacentes.

É ressaltada a atuação de vários atores, alojando-se com bases militares (norte-americanas e inglesas), bem como a presença da China, que vem solicitando autorização para explorar os fundos marinhos dessa região. Com isso, em um futuro próximo, o Atlântico Sul poderá ser objeto de disputa entre nações. A Grã-Bretanha, por exemplo, tem uma posição privilegiada por dominar um conjunto de posições, por meio de ilhas e arquipélagos, sendo ainda a disputa com a Argentina em relação às Malvinas o principal foco de tensão em um país extrarregião. É importante observar que

a posição geográfica do cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul é marcada pela proximidade com as “[...] áreas mais ricas e desenvolvidas da região, onde se encontram infraestruturas e produções estratégicas e sensíveis” (FIORI, 2012, p. 145).

A França é outro ator extrarregional, estando presente no departamento ultramarino da Guiana, onde se localiza o Centro Espacial de Kourou, que faz lançamentos espaciais para a França e a Agência Espacial Europeia, o que, em termos geoestratégicos, impacta em nosso Programa Espacial de certa forma.

Outro ator possível é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com posições que permitem que o Atlântico Sul seja mantido sob controle no caso de qualquer eventualidade relacionada com ameaças aos seus interesses na região. Estas possessões são bases de apoio para futuras necessidades de segurança envolvendo os interesses da Otan, que já não se limitam às fronteiras dos países que a compõem, conforme explicitado em seu Conceito Estratégico de 2010: “a instabilidade ou o conflito para além das fronteiras da Otan podem diretamente ameaçar a segurança da Aliança, inclusive por meio do fomento ao extremismo, ao terrorismo e a atividades ilegais, tais como o tráfico de armas, narcóticos e pessoas” (NATO, 2010, tradução nossa).

Além disso, há problemas e preocupações com pesca ilegal, espionagem e pirataria. Esta última, com várias ocorrências ao longo da costa da África, fez com que os Estados Unidos instalassem na Ilha do Príncipe um radar a fim de controlar a movimentação na região de Guiné-Bissau. Lembrando que esta é uma posição estratégica devido à proximidade da ilha em relação aos países produtores de petróleo da região.

Em relação à América do Sul e ao Atlântico Sul, os interesses do Brasil



cionando-se para a exploração de recursos marinhos, biológicos e minerais, além da preocupação com a vida e a conservação marinha, sendo necessária a proteção destas áreas contra pesca ilegal, exploração e poluição, entre outros.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA NACIONAL**

Os principais objetivos, diretrizes e projetos da defesa nacional estão expressos nos documentos Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), além da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional (PCTIDN) e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

O PND é o documento de mais alto nível do País no certame de defesa. Nele são ressaltadas a importância e a relevância da Amazônia Azul. Os Objetivos Nacionais de Defesa, salientados no PND, asseguram como um dos objetivos “a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas” (BRASIL, 2016c, p. 12). Isso, por sua vez, traduz-se na necessidade de “dotar as Forças Armadas das capacidades necessárias para realizar a vigilância, o controle e a defesa do território, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo brasileiro e prover a segurança das linhas de comunicação marítimas”, o que inclui “o adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude

das atribuições cometidas” (*idem, ibidem*). Desta forma, o Atlântico Sul é enquadrado na defesa nacional.

A END “estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do País tanto em tempo de paz quanto em situações de crise”, exponenciando as Ações Estratégicas de Defesa (AED), com o fortalecimento da capacidade de dissuasão, complementada pela oitava e nona AED: “demonstrar a capacidade de contrapor-se à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional” e “desenvolver as capacidades de monitorar e controlar

o espaço aéreo, o espaço cibernético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse”, respectivamente (BRASIL, 2016c, p. 32-34).

A estratégia reza que, “por meio de parcerias com instituições científicas e

tecnológicas civis e militares, da indústria e da academia”, são necessárias “a cooperação e a coordenação com as demais forças singulares e outras áreas de governo” para que se atue “na fronteira tecnológica, procurando, sempre que possível, a utilidade dual – militar e civil – da tecnologia” (BRASIL, 2017, p. 35). Essa cooperação é de extrema importância para implantação de ações de Segurança e Defesa.

Existem nestes documentos as disposições legais de mais alto nível que enquadram a necessidade de monitoramento dos mares e de promoção da permanente consciência situacional necessária ao bom cumprimento das responsabilidades do

**Existe a necessidade de monitoramento dos mares e de promoção da permanente consciência situacional para proteção das águas jurisdicionais brasileiras**

Estado brasileiro em relação à proteção de suas águas jurisdicionais. Sendo assim, eles exaltam a necessidade de investimento para tal. A Consciência Situacional Marítima (CSM), conceito criado em 2006<sup>1</sup>, possui como umas de suas finalidades “prover a interação entre os órgãos governamentais, empresas privadas e forças de segurança, no âmbito interno e na comunidade internacional” (FARIA, 2012, p. 219). Seu principal propósito é “desenvolver a capacidade para identificar as ameaças existentes, o mais breve e o mais distante possível do país, por meio da integração de dados de inteligência, vigilância, observação e sistemas de navegação, interagindo em um mesmo quadro operacional” (*op. cit.*, p. 220).

Desta forma, o conceito visa ao incremento de “uma estrutura que englobe a coleta de dados, o monitoramento, os sensores dos meios navais e aéreos e a análise correta dos fatos, permitindo uma resposta rápida e precisa”. Assim, o cumprimento das atribuições subsidiárias<sup>2</sup>, por parte da Marinha do Brasil, contribui para o incremento da CSM em nosso território, apesar de nossos meios militares serem deficientes para tal.

## IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA E DEFESA DO ATLÂNTICO SUL BRASILEIRO

Observadas a imensidão de nossas águas jurisdicionais e sua importância, “o Brasil deve dar mais atenção à sua vasta

zona costeira, aumentando a presença do Estado na região para garantir o reconhecimento de sua soberania e disciplinar a exploração dos recursos marítimos” (PENNA FILHO, 2015, p. 150).

Tais ilhas compõem o Território Nacional e são permanentemente ocupadas para garantir o aumento de nossa Zona Econômica Exclusiva. De acordo com a CNUDM, as três Forças Armadas e demais órgãos de Estado devem atuar nos limites além-mar de nosso território, com investimentos em infraestrutura de equipamentos de emprego em Vigilância, Segurança e Defesa.

A seguir, trataremos do emprego de tais meios nas ilhas de Trindade e Martim Vaz.

## ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ

As ilhas de Trindade e Martim Vaz, apesar de fazerem parte do território nacional, são despercebidas por grande parcela da população, que desconhece sua existência e/ou não sabe nada sobre as mesmas.

Trindade é uma ilha oceânica, situada entre os paralelos de 20° 29' S e 20° 31,7' S e os meridianos de 29° 17,7' W e 29°20,7'W, distante cerca de 1.140 km de Vitória (ES), aproximadamente na mesma latitude, e 2.400 km do Rio de Janeiro (RJ), em direção à África.

A Ilha de Martim Vaz está situada a 48 km a leste de Trindade. A terra mais

1 O ataque ao *USS Cole*, na costa do Iêmen em 2000, elevou o assunto na escala de prioridades das Forças Armadas do mundo inteiro, dada a vulnerabilidade associada a valiosas plataformas de guerra, pensadas para o embate com outras máquinas de guerra igualmente poderosas, diante de estruturas ágeis e baratas, viabilizadas pelas evoluções tecnológicas mais recentes. Esse processo tem obrigado militares de vários países a repensarem suas estratégias de longo prazo, em face da emergência de táticas de insurgência e da guerra assimétrica.

2 São elas: “prover a segurança da navegação; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores; atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais; e cooperar com órgãos federais na repressão aos delitos quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias” (FARIA, 2012, p. 225).



Figura 2 – Arquipélago de Trindade e Martim Vaz

próxima é a Ilha de Ascensão (uma das ilhas mais estrategicamente localizadas do mundo, possuindo uma base para as operações militares dos Estados Unidos e do Reino Unido no Atlântico Sul, na América do Sul e na África), que fica situada a 2.167 km a nordeste, aproximadamente.

Juntas, estas duas ilhas principais somam aproximadamente uma área total de 10,5 km<sup>2</sup>. Já a plataforma insular abrange uma área de 32 km<sup>2</sup> e é recoberta por pedras e recifes de coral que dificultam a aproximação de embarcações para desembarque em suas praias, o que só é possível fazer, em segurança, numa curta faixa da Praia da Calheta.

Apenas Trindade é habitada, no local onde foi instalado o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (Poit), com uma guarnição militar mantida pela Marinha do Brasil. Martim Vaz possui somente o Pavilhão Nacional em sua área.

A Ilha de Trindade tem uma extensão de 10,2 km<sup>2</sup>, é fortemente acidentada, com elevações que atingem

até 620 metros (Pico De-sejado/São Bonifácio), e possui fontes de água potável na Enseada da Cachoeira (a mais abundante), na do Príncipe e na dos Portugueses.

O Arquipélago de Martim Vaz possui altitude máxima de 175 metros, duas ilhotas íngremes e inacessíveis (a Ilha do Norte, com altitude máxima de 65 metros, e a Ilha do Sul, com 122 metros de alti-

tude máxima) e vários rochedos menores, como o Rochedo Agulha, espalhados a 48 km a leste de Trindade, perfazendo uma área total de 0,3 km<sup>2</sup> (30 hectares). A ilha por si só apresenta defesa natural com sua proximidade imprevisível e seus perigos por rochas. A única maneira segura e rápida de desembarque é por meio de helicóptero.

Apesar de as ilhas serem verticais, as partes superiores são planas, similares a um chapadão.

Variações do nome aparecem na literatura em combinações de Martim, Martin, Martyn, Vaz, Vas, Vaes e Vase. Até o século XVIII, este arquipélago era, às vezes,



Figura 3 – Ilha de Martim Vaz, vendo-se ao fundo a Ilha do Sul

confundido com a Ilha da Trindade e chegou também a ser chamado de Ascensão.

Sobre a geografia de Trindade, podemos citar: “A historia e a geographia da Ilha da Trindade são cambiantes como os ventos que a varrem e que mudam de direção de momento a momento”<sup>3</sup> (Professor Bruno Lobo).

Conforme dispõe o Art. 20, inciso IV, da Constituição Federal, a Ilha da Trindade é um bem da União, sendo administrada, desde 1984, pela Marinha do Brasil, que ocupa a ilha de maneira contínua desde 1957.

Por sua localização, a Ilha da Trindade constitui um posto avançado, de extrema importância para a Defesa Nacional no que concerne ao emprego do Poder Naval. É utilizada como ponto de apoio marítimo, na proteção às linhas de comunicação marítima em águas jurisdicionais brasileiras e tem extremo potencial para militarização da área para uso de Vigilância, Segurança e Defesa do País, conforme exposto neste artigo.

O descobrimento de Trindade é meio controverso, mas grande parcela dos historiadores defende a sua descoberta em 1501, pelo navegador João da Nova, que partiu de Lisboa, Portugal. Em 1502, Estevam da Gama, ao avistar as três principais elevações, correlacionou-as à Santíssima Trindade, e assim resolveu batizá-la, definitivamente, de Ilha da Trindade.

No século XVI, Trindade foi frequentemente confundida com a Ilha de Ascensão, nome sob o qual figurou em algumas cartas e escritos da época, sendo compreensível a “confusão”, devido ao interesse e ao desenho das ilhas britânicas no Atlântico Sul.

No passado, a ilha foi utilizada como ponto de apoio marítimo por traficantes de escravos e piratas ingleses, além de ter

sido visitada por navegadores, exploradores e naturalistas.

Sua primeira aparição em documentos cartográficos com o nome definitivo ocorreu em 1504, e sua localização exata apenas em 1822.

Em abril de 1700, durante uma expedição de medições magnéticas no Atlântico para o governo britânico, o astrônomo inglês Edmond Halley teria desembarcado na ilha e, como prática usual à época, soltado em Trindade diversos animais, como cabras e porcos, para servirem de alimento a possíveis naufragos ou para reabastecimento, em caso de necessidade futura, ou quem sabe para dar início a uma ocupação britânica. Com o passar do tempo, tais animais proliferaram e impactaram o ecossistema da ilha, com consequências severas para o solo e a cobertura vegetal.

Em 1724, o rei de Portugal, Dom João V, temendo que a ilha sofresse uma ocupação, ordenou que se construísse uma fortificação no local. Tal preocupação se tornou realidade, e a ilha foi ocupada por ingleses entre 1781 e 1782, e neste último, Portugal protocolou um protesto formal em Londres.

Enquanto o assunto tramitava por meios diplomáticos, em 1783 foi enviada uma expedição portuguesa para expulsar os ingleses, porém, quando os militares portugueses chegaram, os ingleses já haviam deixado a ilha, resultado das ações e do esforço diplomáticos. Portugal manteve a ocupação de Trindade até 1797.

Com a proclamação da independência, em 1822, a Ilha da Trindade foi definitivamente incorporada ao território brasileiro. Entretanto, novamente desocupada, voltou a receber os ingleses entre 1895 e 1896, desta vez com o pretexto de servir de apoio à passagem de um cabo telegráfico submarino.

3 “A Ilha da Trindade” – Conferência feita na Biblioteca Nacional pelo professor Bruno Lobo, em 18 de julho de 1918.



Com isso, a República brasileira, com apoio português, realizou gestões diplomáticas junto à Inglaterra para reaver a posse de Trindade, que se findou em 1897. O episódio ficou registrado na ilha com um “marco da soberania” colocado na Praia dos Andradas.

Uma das curiosidades é que na Primeira Guerra, em 1914, houve a Batalha da Ilha de Trindade, com um combate naval entre dois navios de passageiros convertidos em cruzadores auxiliares, o alemão *Cap Trafalgar* e o britânico *Carmania*. O fato resultou no afundamento do *Trafalgar*, levando ao mar 279 marinheiros e causando sérios danos ao *Carmania*. No fim, houve 25 mortos, sendo nove britânicos e 16 alemães. Ressalto que o *Cap Trafalgar* estava levando suprimentos para as ilhas de Trindade e Martim Vaz, onde os alemães tinham estabelecido secretamente uma espécie de base naval.

A Ilha de Trindade teve sua primeira ocupação militar brasileira em 1916 e voltou a ser ocupada por brasileiros durante a Primeira Guerra. Na Segunda Guerra Mundial, em 1941, foi guarnecida para impedir que submarinos alemães a utilizassem como base de apoio e para garantir a sua posse efetiva pelo Brasil. Também serviu de presídio para revolucionários.

Em 1950, uma expedição científica foi enviada ao local para avaliar como ocupá-la permanentemente, e, em maio de 1957, foi criado o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (Poit). Desde então, a ilha passou a ser ocupada continuamente por militares da MB.

Em 2007, foi criado o Protrindade (Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade), destinado a gerenciar o desenvolvimento de pesquisas científicas na Ilha da Trindade, no Arquipélago de Martim Vaz e na área marítima adjacente, possibilitando, dessa forma, a obtenção, a

sistematização e a divulgação de conhecimentos científicos sobre a região, com o apoio de dezenas de órgãos federais.

O Protrindade tem os seguintes objetivos: construir e manter, com a anuência da MB, instalações para acomodação de pesquisadores e realização de pesquisas científicas junto às instalações já existentes na Ilha da Trindade; prover os meios e o apoio necessários ao transporte, à permanência de pesquisadores e à realização de pesquisas científicas nas ilhas da Trindade e Martim Vaz e na área marítima adjacente; e promover e gerenciar o desenvolvimento de pesquisas científicas nas ilhas da Trindade e Martim Vaz e na área marítima adjacente. Cabe sinalizar que no programa não há a inclusão de meios de vigilância e segurança e defesa.

As ilhas de Trindade e Martim Vaz possuem espaço físico geográfico para instalação de equipamentos para tais meios e estruturação para logísticas. Porém, atualmente, tal gerenciamento está fora do escopo dos objetivos do Programa.

A Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT) foi inaugurada em dezembro de 2011 e possui capacidade para alojar até oito pesquisadores. É composta por dois camarotes para quatro pessoas cada, sala de estar, cozinha, dois banheiros, varanda e dois laboratórios (seco e úmido), possuindo mobiliário adequado à permanência e ao conforto dos pesquisadores.

A Marinha do Brasil opera a Estação Meteorológica da Ilha da Trindade (EMIT), ponto estratégico avançado nas atividades relacionadas ao monitoramento climático e meteorológico, por ser um importante local de sondagem do ar superior no Atlântico Sul, que transmite dados em tempo real para a rede da Organização Meteorológica Mundial (OMM) por meio do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

À época da construção da estação científica, houve um intenso movimento de aeronaves para transportar o material para a ilha, e, devido a essa “movimentação anormal”, o local chamou a atenção de uma fragata do Reino Unido que estava próxima àquela área. O relato feito pelo Capitão de Mar e Guerra Carlos Roberto Leite (2011, p. 133) elucida sobre o evento ocorrido:

Um detalhe interessante ocorrido em função da construção da estação científica foi que, como houve um intenso movimento de aeronaves para transportar o material para a ilha, essa movimentação anormal foi observada por uma fragata do Reino Unido que estava próxima àquela área. Transcorrido algum tempo, chegou ao conhecimento de autoridades navais brasileiras que autoridades navais inglesas estavam curiosas para saber qual o motivo que gerara um movimento intenso de aeronaves na Ilha da Trindade, querendo saber o que estava sendo construído ali, e se era uma pista de pouso. Os ingleses estão presentes em toda essa região.

Em 19 de março de 2018 foi criado o Decreto que estabeleceu a Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e o Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia. A APA da Ilha de Trindade, com área aproximada de 40.237.708,86 hectares, compreende a área da Zona Econômica Exclusiva referente ao raio de 200 milhas náuticas ao redor das ilhas de Trindade e Martim Vaz, contadas a partir das linhas de base

que medem a largura do Mar Territorial. Tal criação da APA não modifica o domínio das áreas das ilhas e não afeta as competências e o exercício regular das atribuições das Forças Armadas e da Autoridade Marítima.<sup>4</sup> É importante salientar que a criação das APA não basta, pois é preciso fiscalização efetiva constante.

A Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martim Vaz constituem a fronteira leste do País, estando esse aspecto geopolítico contemplado na Estratégia Nacional de Defesa. Trindade é a única ilha oceânica brasileira que possui cursos d’água permanentes.

Hoje a estrutura da ilha resume-se em: Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade – tripulação de 30 militares, com 50% da guarnição trocada a cada comissão de apoio logístico (dois meses); Estação Meteorológica da Ilha da Trindade – importante ponto de observação meteorológica do Oceano; e Estação Científica da Ilha da Trindade – abriga somente oito pesquisadores e possui um laboratório seco e um molhado.

A ilha ainda possui como facilitadores: água potável (nascentes), energia elétrica (geradores) e telefone público. Não há acesso à internet.

Em 1783, houve a tentativa de colonização portuguesa na Ilha de Trindade, quando foi estabelecida uma colônia com cerca de 150 pessoas e que durou 12 anos. A ocupação encerrou-se pelo desinteresse dos portugueses por colonizar as ilhas.<sup>5</sup> Tal fato torna-se relevante para a justificativa que o ambiente das ilhas consegue acolher mais pessoas.

Vale ressaltar que não há equipamento/material de vigilância, segurança e defesa presente nas ilhas de Trindade e Martim

4 MMA, 2018. Áreas marinhas protegidas – conservação da biodiversidade e fortalecimento da soberania nacional.

5 Disponível em: <https://www.com1dn.mar.mil.br/index.php?page=poit>.

Vaz, mesmo sendo o local a primeira linha de defesa do Brasil a leste.

## DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTO DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ PARA A VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E DEFESA BRASILEIRA

Para implantar, implementar e prover manutenção aos meios propostos a seguir, a Ilha de Trindade deverá contar com uma estrutura mínima para manter as atividades operacionais. Tais propostas podem ser utilizadas no Arquipélago de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Arquipélago de Abrolhos, obedecendo a suas especificidades, além de projetos personalizados para cada um destes territórios.

### *Energia elétrica*

Para implemento de quaisquer meios básicos, o primeiro passo é o fornecimento de energia elétrica suficiente e estável. A Ilha de Trindade atualmente dispõe de alguns geradores para sua demanda, porém deverá possuir incrementos para executar projetos de vigilância, segurança e defesa.

Em consonância aos atributos ambientais das ilhas, o ideal é a utilização de energias renováveis, como, por exemplo, a energia fotovoltaica e a energia eólica.

Deste modo, há acordos neste sentido, assinados em maio de 2021, de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos de abastecimento de energia elétrica das ilhas oceânicas do País, entre a Marinha e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Este instalou a única fonte de energia elétrica local, por meio de painéis fotovoltaicos e baterias, no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, e tal parceria pode ser estendida ao Protrindade.

Além de uso de painéis fotovoltaicos, há a possibilidade de utilização de energia eólica, podendo tais alternativas ser fomentadas pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e por empresas estatais de energia elétrica, além de parcerias público-privadas. Tais meios podem ser instalados tanto em Trindade como em Martim Vaz. Os benefícios socioeconômicos e ambientais da energia solar e da energia eólica são consideráveis, devido ao baixo impacto nos locais da sua instalação e operação.

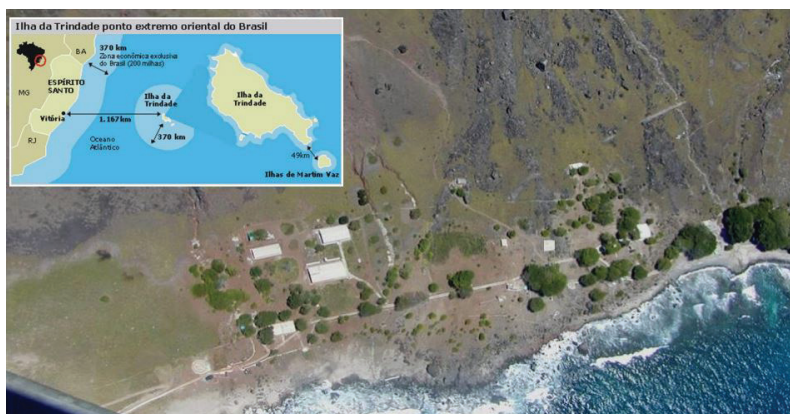


Figura 4 – Instalações na Ilha de Trindade

Destacam-se alguns pontos negativos da energia eólica, como, por exemplo, os que podem afetar o comportamento migratório de aves, causar acidentes com pássaros pelas pás dos rotores e ruídos constantes do movimento das torres de energia. Portanto, neste contexto, deverá ser realizado levantamento de impacto ambiental para seu uso.

### **Comunicação**

A linha de comunicação é essencial em qualquer lugar no mundo, principalmente em ambientes de áreas remotas e hostis. A comunicação é o meio pelo qual se apoiam quaisquer sistemas de vigilância, segurança e defesa.

Atualmente, a Ilha de Trindade possui apenas um telefone público para atender as equipes presentes. Por incrível que pareça, o local mais avançado, estratégico e importante para a soberania do Brasil, pelo extremo leste de nossas fronteiras, não possui internet ou outro tipo de comunicação tecnológica.

Diante do exposto, é necessária a implantação, de forma prioritária, de meios tecnológicos de comunicação para as ilhas de Trindade e Martim Vaz, podendo ter como exemplo o sistema de telecomunicações implantado na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), base brasileira no continente gelado, ou até mesmo internet via satélite, a exemplo do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

A estrutura, a ampliação e a modernização do sistema de telecomunicações da EACF tiveram a intermediação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), à época, por meio da Anatel, para a renovação do acordo entre Marinha e a operadora Oi.

A implantação levou acesso à internet fixa de alta velocidade, rede móvel com

conexão 4G, acesso *wi-fi* nas instalações da base e recepção de sinal de TV. Com isso, é possível aos cientistas transmitirem resultados e arquivos pesados, representando avanços em termos de segurança da estação, além de atenuar o isolamento de pesquisadores e militares brasileiros.

Para tal implantação, a Anatel determinou o parcelamento de parte da multa da Oi, devido ao pedido de recuperação judicial à época, e, em troca da instalação da nova infraestrutura na estação brasileira, foram autorizados os direitos de imagem para a operadora. “Uma empresa, saindo de uma recuperação judicial e capaz de atender a serviços na Antártica, mostra-se uma empresa robusta”, disse Carlos Eduardo Monteiro, diretor de Regulamentação e Atacado da Oi à vertente das instalações. Ressalto que, até 2021, houve um grande trabalho de *marketing* da Oi dirigido à população brasileira sobre este empreendimento.

A implantação de um sistema similar em Trindade traria, já em um primeiro momento, positividade para o desenvolvimento de pesquisas da ilha; incrementos nos dados meteorológicos, além de atendimentos de vertentes de saúde; *networks*; conforto às equipes e suporte a operações de vigilância, segurança e defesa, sem falar da possibilidade de agregar valor de conhecimento à população brasileira sobre as atividades do Protrindade.

### **Base para militares, pesquisadores e equipamentos diversos**

Para as atividades de vigilância, segurança e defesa, o efetivo na ilha deverá ser maior para manter a operacionalidade. Desta forma, é imprescindível o levantamento de número mínimo de pessoas para atuação e, com isso, ampliar e construir base de dormitórios, sanitários, cozinha, entre outros, para abrigo e permanência de pessoal.

Faz-se necessária a instalação de galpão para o recolhimento e armazenagem de materiais diversos.

### ***Abastecimento, heliporto e pista de pouso para Vant***

Para manter a operacionalidade, Trindade deverá contar com uma estrutura mínima, tal como um local de abastecimento diverso para os equipamentos lotados no material carga das ilhas. Pode ser citada a alternativa adotada na ilha britânica de Ascensão, com uso de um petroleiro de 70 mil toneladas ancorado permanentemente *offshore* e operado pela empresa Maersk como uma instalação de combustível a granel. Posteriormente foi substituído por um Depósito de Abastecimento de Petróleo em terra sob gestão militar, com o combustível sendo entregue por um navio-tanque fretado e transferido por meio de uma mangueira flutuante, conectada ao depósito em terra na cabeceira do píer da ilha e ao navio fundeado.

É necessária a construção de mais heliportos (Trindade possui um heliporto atualmente) em Trindade e Martim Vaz, além de hangaragem.

Há a necessidade crucial de construção de uma pista de pouso para operações com Vant pesado, tendo como referência técnica o Vant nacional Atobá, que necessita de 350 metros para pouso e decolagem, além de hangaragem.

### ***Vigilância marítima***

Devido à posição geográfica das ilhas, a implantação de sistemas de vigilância marítima seria de grande valia, além da segurança e defesa, do monitoramento de pesca ilegal e do rastreamento de embarcações piratas, entre outros.

Desta forma, podem ser alocados antenas e/ou radares em Trindade e Martim

Vaz, como, por exemplo, o radar OTH 0100, em que já acontece a parceria da IACIT com a Marinha do Brasil. Tal equipamento possui conceito de OTH-HF SW (Surface Wave), que se propaga ao longo da curvatura terrestre para a detecção de alvos, garantindo a rastreabilidade de uma área maior. O radar OTH pode acompanhar o tráfego de navios (militares, de carga, de passageiros, pesqueiros etc.) a mais de 200 milhas náuticas da costa (cerca de 370 km), sendo ideal para a detecção de embarcações não cooperativas (não transmitem o sinal AIS, que permite sua identificação).

O espaço físico para instalação do conjunto precisa de uma área mínima de 600 x 300 m. Desta forma, ele se adequaria, após estudos, a ser instalado na Ilha de Martim Vaz, em seu chapadão, por exemplo.

Tal sistema ampliaria consideravelmente o sistema de vigilância do País, podendo o mesmo ser controlado remotamente a uma distância de mais de 1.700 km. Assim, sua operação poderia ser realizada inteiramente por bases militares na costa.

A aplicação dessa tecnologia dual pode ser uma alternativa e/ou um complemento bastante interessante ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sis-GAAz) e uma excelente ferramenta para o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (Comcontram).

Além disso, existem outros meios de vigilância marítima que podem ser adotados de forma a apoiar o tráfego marítimo desta região.

### ***Vigilância, controle e defesa do espaço aéreo***

É de grande importância o monitoramento aéreo de forma precisa, tecnológica e adaptada para guerra eletrônica. A instalação de Estação Radar aumentaria consideravelmente nosso controle do es-

paço aéreo, tendo em vista a vastidão de nosso território, incrementando o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) e melhorando o monitoramento da área marítima de responsabilidade SAR (*search and rescue*) atribuída ao Brasil.

Esta área equivale a uma vez e meia o nosso território, e seu ponto mais distante de terra fica a 1.850 milhas náuticas, aproximadamente 3.500 km. O Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico e o Serviço de Busca e Salvamento da Marinha do Brasil, bem como o Sistema Cospas-Sarsat, do Centro de Controle de Missão Brasileiro Cospas-Sarsat e o Salvarmar Brasil, atuam no socorro de pessoas acidentadas ou enfermas, em obediência à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção Solas), à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e à Convenção Internacional de Busca e Salvamento Marítimo (Hamburgo), das quais o Brasil é signatário.

Podem ser utilizados radares fabricados pelo Brasil em parceria com outros países e que estão em funcionamento em território nacional, como é o caso dos equipamentos fabricados pela empresa Omnisys, do grupo Thales, como, por exemplo, o radar primário LP23SST-NG, com alcance de até 250 milhas náuticas e capacidade de altimetria que agrega as funções de guerra eletrônica, além do alto desempenho na detecção de aeronaves com alta capacidade de manobra (caças) ou de baixas velocidades (helicópteros). O LP23SST-NG pode ser instalado em conjunto com o secundário RSM970S, em que o alcance pode chegar a 450 km para aeronaves voando a 30 mil pés.

Como ele é um sistema totalmente dual para aplicações civis e militares, podem ser estudadas parcerias, sendo a localização da ilha estratégica para o Atlântico Sul.

Podem ser utilizados radares menores, como o TPS-B34 modernizado, que pos-

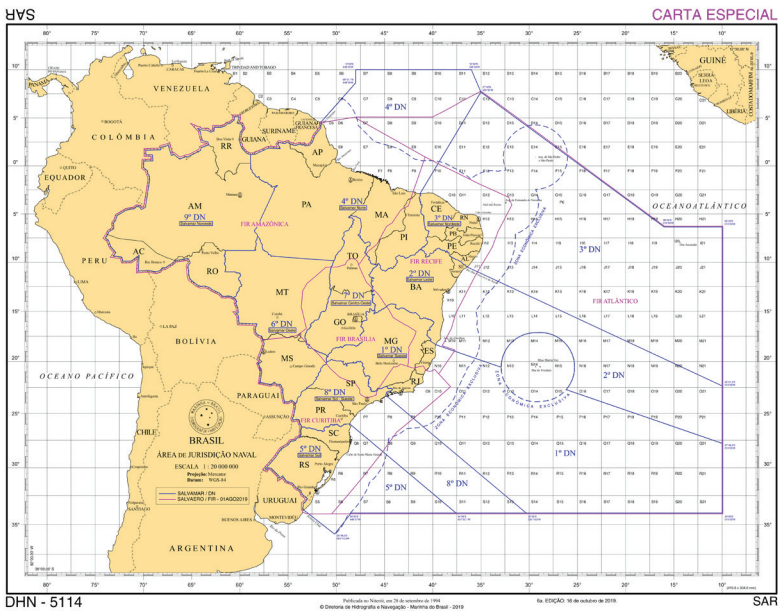


Figura 5 – SAR e FIR

sua capacidade para guerra eletrônica. Com uma antena de 45 m<sup>2</sup> que gira entre seis e 12 vezes por minuto, os radares TPS-B34 têm alcance de 470 km. O conjunto que envolve a antena, o sistema mecânico, a estação de controle e equipamentos eletrônicos de apoio pode ser transportado a bordo de aeronaves.

Outra alternativa é o radar Saber M200<sup>6</sup>, que é um Sistema de Defesa Antiaérea de Média Altura, desempenhando as funções de busca e vigilância, designação de alvos para sistemas de armas e controle de tráfego aéreo. Ele foi desenvolvido para atender às necessidades do Projeto Estratégico do Exército de Defesa, sendo composto por dois radares independentes: o Radar P200 (primário), de alcance de 200 milhas náuticas, e o Radar S200 (secundário), de alcance de 200 km, além de outros inúmeros radares e antenas para diversos fins, como, por exemplo, para rastreamento espacial, a exemplo do radar Bearn instalado no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), sendo este mais um local de apoio para as atividades de Consciência Situacional do Domínio Espacial (Space Domain Awareness – SDA) ou até mesmo para serviços de comunicação de alta frequência e/ou repetidoras de transmissão rádio. Todas podem ser instaladas e somadas à infraestrutura da ilha.

### **Uso de Veículos Aéreos Não Tripulados – Vant**

A utilização de Vant a partir de Trindade seria uma soma à vigilância do espaço aéreo e marítimo do entorno, ao emprego em missões de busca e à escolta marítima, bem como à defesa bélica ativa, além de ser um complemento ao uso de satélites em caso de vigilância.

A Força Aérea Brasileira (FAB) atualmente opera três modelos de drones de vigilância: Heron I, Hermes 450 e Hermes 900. A Marinha do Brasil brevemente será equipada com Sarp Scaneagle e pretende adquirir drones pesados, além de obter o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (Sarp-E) para a defesa da Amazônia Azul, conforme o Plano Estratégico da MB para 2040. Já o Exército Brasileiro utiliza drones leves, como é o caso do FT-100 Horus, e prevê também a aquisição de drones pesados.

Uma alternativa interessante, de custo altamente reduzido em comparação aos Vant da FAB, por exemplo, de fabricação nacional e de tecnologia embarcada adaptável para diversos fins, é a utilização do drone tipo Vant Male (Medium Altitude, Long Endurance), tecnologia do Atobá, o Vant de grande porte brasileiro, desenvolvido pela Stella Tecnologia, empresa acreditada pelo Ministério da Defesa como EED (Empresa Estratégica de Defesa).

O Atobá possui 500 quilos, 8 metros de comprimento e 11 metros de envergadura. Seu nome é inspirado em uma ave marinha de grande porte comum na costa brasileira e na própria Ilha de Trindade. Sua aplicação pode ser duo, e ele é considerado o maior Vant construído por uma empresa nacional.

Pode ser usado para emprego de missões de busca e salvamento e monitoramento e tem capacidade para transportar equipamentos, como radares, câmeras de vigilância, sensores multiespectrais para detectar contaminação, pesca ilegal, derramamento de óleo, câmeras hiperespectral e armas, entre outros. Possui autonomia de 28 horas para transporte de 70 kg e 20 horas para transporte de 150 kg. Seu alcance é

6 Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/projetos-em-andamento/82-radar-saber-m200#caracter%C3%ADsticas-t%C3%A9cnicas>.

de 250 km por comando via estação rádio e ilimitado por comando Satcom. Agrega velocidade de 150 km/h e pode alcançar 5 mil metros de altitude (15 mil pés), o que o torna imperceptível a olho nu, necessitando apenas de 350 metros de pista para pouso e decolagem. De fácil transporte e de montagem e desmontagem simplificadas, torna-se uma estrutura viável e interessante para atividades na Ilha de Trindade.

Em abril de 2021, a Embraer e a FAB assinaram acordo de intenção para desenvolver drone militar, podendo ser esta uma alternativa a longo prazo para a ilha.

## MEIOS DE DEFESA DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ

A colocação de baterias de defesa e armamentos e a ampliação de mobilidade nas ilhas de Trindade e Martim Vaz trariam seriedade para a Segurança e Defesa da soberania brasileira a partir de nosso extremo oriental, externando estrutura, equipamentos e poder de fogo, alcance e letalidade.

Para dissuasão de forças hostis junto à fronteira de nossas águas jurisdicionais e espaço aéreo, é necessário o uso de produtos de defesa de força terrestre com apoio de fogo de médio e longo alcance com elevada precisão e para operações contra desembarque anfíbio.

O Manual Técnico de Operação do Sistema de Mísseis RBS 70, de 2015, enuncia uma justificativa para o emprego de defesa antiaérea:

No advento da guerra moderna cresce de importância o combate aéreo, onde se observa um acelerado desenvolvimento dos meios aéreos e antiaéreos de defesa, sendo esta uma tendência para o futuro. No tocante aos meios antiaéreos, seu correto emprego pode ter um efeito decisivo no

combate. No estudo do inimigo aéreo é bem relevante a identificação de seus meios, de suas técnicas de ataque e sua capacidade operacional em geral, para que possamos definir como empregar a DA Ae para fazer frente às ameaças, que, por sua vez, estão cada vez mais complexas, sejam elas simétricas ou assimétricas. Dentro deste contexto ainda é importante mencionar os dispositivos que o inimigo pode utilizar para prejudicar o emprego dos meios antiaéreos, como por exemplo, Chaff, Jamming, Flares etc. Um armamento antiaéreo do combate moderno deve possuir poucas vulnerabilidades para fazer frente às ameaças aéreas atuais, bem como também devem proporcionar um curto tempo de reação, grande mobilidade, simplicidade no manuseio e no treinamento, suporte logístico acessível, e possuir capacidade de engajar diversos tipos de alvos, inclusive de pequena dimensão (assimétricos), em qualquer tipo de terreno e condições meteorológicas diversas. (EB60-MT23. 460, p. 1-1, 2015)

Para isso, podemos citar a colocação do sistema Astros II e/ou Astros 2020, que são capazes de lançar munições de diferentes calibres a distâncias variadas a partir de nove quilômetros, utilizando como exemplo o foguete guiado SS-40G, que pode alcançar 33 km, e o míssil tático de cruzeiro brasileiro AV-MTC, com alcance superior a 300 km com erro circular provável de 30 metros, além de inúmeros outros modelos balísticos, bastando trocar os casulos de onde se disparam os foguetes. O Astros 2020 possui proteção blindada, concentração de grande volume de fogo sobre o alvo e consegue estar pronto a todo o momento para abater alvos a grande distância, com reduzido tempo de resposta, sendo capaz de



prestar apoio de fogo de longo alcance com elevada precisão e letalidade, lembrando que a fabricação é nacional.

Podem ser alocados outros meios para o mesmo fim, e até se pode colocar Trindade como ponto de uso dos futuros frutos do sistema de defesa aérea de área de médio/ longo alcance, que será licitado em breve pelo Ministério da Defesa em favor das três forças armadas ou até mesmo fazer parte do vislumbre do Programa Estratégico do Exército em Defesa Antiaérea, conforme Portaria nº 4181/GM-MD de 11 de dezembro de 2020, que aprova os Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para o Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance das Forças Armadas – ROC nº 54/2020, podendo ter como alternativa o uso do Sistema de Defesa Aérea Móvel da Spyder<sup>7</sup>.

Podem ser utilizados os Sistemas de Comando, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR) para controle espelho das ilhas e meios sobre rodas (atualmente não existem na ilha), como a Viatura Blindada Multitarefa Leve sobre Rodas (VBM-T-LR), modelo Tupi, que pode servir para o transporte de pessoal, posto comando e controle, estação de radar e defesa antiaérea; Vlega Gaúcho<sup>8</sup> ou Chivunl<sup>9</sup>, que possuem capacidade para transporte de carga (500 kg), comunicações e reconhecimento, além de elevada mobilidade. Logisticamente, a colocação desses meios na ilha pode ser realizada por lançamento de paraquedas em voo de baixa altura ou por içamento em helicóptero, além de poder ser estudada a implantação de veículos movidos a energia limpa.

Para complemento de materiais bélicos de solo para autoproteção das ilhas, seria interessante ter à disposição equipamentos como Mísseis Telecomandados RBS 70, para compor a Artilharia Antiaérea da ilha, tendo “o tempo para entrar em posição de aproximadamente dez minutos, ficando pronto para o disparo em menos de 30 segundos sem a designação de alvo pelo radar”. A recarga dura cerca de cinco a 30 segundos (SISTEMA DE ARMAS, 2003). Este modelo de míssil é capaz de engajar todos os tipos de alvo e tem alcance de interceptação superior a sete quilômetros, além de cobertura de altitude desde o solo a mais de 4 mil metros. Pode-se fazer alusão à utilização de canhões fixos de 35 mm do modelo Oerlikon, por exemplo, que possui alcance de cerca de quatro quilômetros.

Além de emprego de armamentos diversos para uso individual dos militares lotados na ilha, outro ator que seria de grande valia logística é o emprego de helicóptero para transporte pelas ilhas e apoio às missões de trocas de pessoal, bem como de defesa. Um exemplo de asas rotativas de fácil manutenção, grande manobrabilidade e custo reduzido é o helicóptero Esquilo (Fennec – versão militar), de fabricação brasileira, pela Helibras. Há atividades deste vetor nas três forças, com variantes monoturbinas e biturbinas. A permanência fixa na ilha seria de grande importância, lembrando que o mesmo pode ser armado com dois lançadores de foguetes SBAT de 70 mm ou dois casulos de metralhadoras 7,62 mm ou 12,7 mm. Há inúmeros vetores que podem ser utilizados rotativamente nas ilhas para trabalhos específicos de içamento e trans-

7 Disponível em: <https://www.rafael.co.il/worlds/air-missile-defense/air-defense/>.

8 Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/projetos-em-andamento/91-viatura-leve-de-emprego-geral-aertransportavel-vlega-gaoucho#vis%C3%A3o-geral>.

9 Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/projetos-finalizados/90-viatura-leve-de-emprego-geral-aertransportavel-vlega-chivunk#vis%C3%A3o-geral>.

porte de cargas entre Trindade e Martim Vaz e dos navios de apoio, além de contar com uma estrutura de abastecimento e realizar o transporte de pessoal da terra para as ilhas em helicópteros, utilizando, por exemplo, os helicópteros Black Hawk Cougar e Jaguar, que possuem autonomia para o transporte até o litoral, observados os detalhes técnicos logísticos.

Além dos citados, deverão ser estudados meios logísticos de atracagem de meios marítimos, para permanência de barcos, lanchas, lanchas rápidas como meio de deslocamento nos limites, bem como para descarregar materiais vindos de navios de apoio, de modo que fiquem fixos na ilha.

## **USO DE ILHAS NO ATLÂNTICO PARA SEGURANÇA E DEFESA DE SOBERANIA E AMPLIAÇÃO DE TERRITÓRIO**

O Atlântico Sul possui inúmeras ilhas e arquipélagos que, em sua maioria, são possessões de países banhados por este oceano. Outras ilhas são fontes de disputa do passado até o momento, como é o caso das Ilhas Malvinas e das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que estão em contenda diplomática entre Argentina e Reino Unido. Houve conflitos armados em passado recente (1982), que ocasionaram a morte de cerca de mil militares em combate, além de feridos, presos e baixas de equipamentos bélicos, sendo o Reino Unido mantenedor da posse da ilha até hoje.

Atualmente, Brasil, Argentina, Chile, África do Sul e Guiné Equatorial possuem áreas no Atlântico Sul devido às suas fronteiras. Porém há possessões coloniais de países europeus, como é o caso do Reino Unido e da Noruega.

Chamam a atenção as ilhas pertencentes ao Reino Unido, ou Territórios Britânicos Ultramarinos (British Overseas

Territorie), divididas em 14 territórios, sendo sete localizados no Atlântico Sul (Ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich, além de uma ilha inacessível e a Ilha de Gonçalo Álvares, que estão incluídas no Arquipélago de Tristão da Cunha).

Destacam-se entre estas ilhas a de Santa Helena e a Ilha de Ascensão. Esta última fica a 1.923,9 km do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a 2.039,7 km de Fernando de Noronha e a 2.079,9 km da Ilha de Martim Vaz. Possui Zona Econômica Exclusiva que cobre uma área de mais de 440 mil km<sup>2</sup>, sendo esta área designada como Área Marinha Protegida, tornando-se uma das maiores do mundo.

A Ilha de Ascensão foi amplamente usada na Segunda Guerra Mundial como uma importante estação naval e aérea, sendo amplamente equipada com materiais bélicos, especialmente fornecendo atividades de guerra antissubmarina, além de ter papel de extrema importância durante a Guerra das Malvinas. Tem uma pista de pouso capaz de receber aeronaves de grande porte.

Além de sua excelente localização no Atlântico, Ascensão é extremamente explorada estrategicamente, possuindo inúmeras fontes de produção de energia, com várias torres de energia eólica, base aérea conjunta (Estados Unidos e Reino Unido) e atividade com drones para usos diversos. Nela estão instalados o Serviço de Inteligência Criptológica Britânica (GCHQ) e um braço da Agência de Inteligência Americana (NSA). Possui uma das antenas do sistema de GPS mundial, estação de rádio de retransmissão, estações de interceptação de sinais de satélite e radiofusão, detecção de testes nucleares, estações de interceptação de sinais (Singint), atuação da Agência Espacial Europeia com uma estação que rastreia os foguetes Ariane 5 e Soyuz e Sistema de navegação, além de

ter operações da Nasa, abrigando o Telescópio Autônomo da Classe Meter de 20 mil libras (MCAT), operado remotamente por cientistas do Orbital Debris Program e baseado na Divisão de Astromaterials Research and Exploration Science (Ares), onde se consegue rastrear o lixo espacial, entre outras atividades.

Para ratificar a importância estratégica da ilha, a vice-chefe da Divisão Ares e ex-gerente de projeto MCAT salientou:

Selecionamos a Ilha de Ascensão para a localização do MCAT porque tem ótima infraestrutura, forte segurança e ventos alísios favoráveis. Mas a principal razão pela qual a escolhemos é porque ela cobre um 'ponto cego' na cobertura que faltava aos ativos de Vigilância Eletro-óptica do Espaço Profundo em Terra (GEODSS), que rastreiam destroços ao redor do mundo.

Mark Garcia, editor da Nasa, completou:

Pode ser difícil imaginar que uma bela ilha no meio do nada seja o lar de um telescópio da Nasa que monitora o "lixo espacial". No entanto, a Ilha de Ascensão e seu papel no Escritório do Programa de Detritos Orbitais são essenciais para a preparação de futuras missões espaciais com o objetivo de

garantir que os satélites, espaçonaves e o meio ambiente ao redor da Terra sejam protegidos por muitos anos.

Em 2011, durante o início da guerra ao terror, a Casa Branca determinou uma modernização completa da base de Ascensão, desembarcando na ilha supercomputadores, novas estações de monitoramento e uma vasta gama de equipamentos de ponta, além do aumento do contingente de agentes da Nasa, acompanhado do apoio britânico. Em 2009, com Barack Obama, foi determinada uma revisão completa da Política de Cyberdefesa.

Somados a estes fatos, aumentou-se a desconfiança da comunidade internacional de que existe uma base de operações do Sistema Echelon<sup>10</sup> que envolve Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Canadá. Tal monitoramento pelo Singint pode cobrir em tempo real todas as comunicações de Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Venezuela, por exemplo.

Um dos momentos em que cresceram as desconfianças, e que de certa forma confirmaram os fatos, aconteceu em 2016, pelos documentos que mostravam conversas telefônicas e *e-mails* da então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e de alguns ministros de Estado, mostrados/vazados pelo ex-analista da CIA, Edward Snowden, que indicavam que a



Figura 6 – Instalações na Ilha de Ascensão

10 Disponível em: <http://www.ncoic.com/nsapoole.htm>.

interceptação americana partiu da Ilha de Ascensão. Segundo os documentos, são captadas aproximadamente 2 milhões de mensagens por hora, que compreendem conversas telefônicas, trocas de *e-mails* e *posts* em variadas redes sociais.

Tal ilha é a prova da importância de investimento para manutenção da soberania em amplo aspecto, realizando obras profundas e depósito de tecnologia, sendo exemplo para implantações de políticas públicas efetivas de Vigilância, Segurança e Defesa para as áreas brasileiras no Atlântico Sul.

## CONCLUSÃO

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, ocupando uma área de 8.547.403 km<sup>2</sup> no planeta Terra.<sup>11</sup> Possui uma enorme área jurisdicional marítima, enaltecida neste artigo, além de ser a 12<sup>a</sup> maior economia do mundo<sup>12</sup>, sem contar a riqueza inestimável que nosso território possui. Estes são apenas alguns

dados que justificam o investimento em meios de segurança e defesa para garantirmos nossa soberania.

Ressalta-se que o litoral brasileiro abriga mais da metade da população e do Produto Interno Bruto (PIB) do País (Aguiar, 2017) e que 95% do comércio exterior brasileiro passam por essas águas<sup>13</sup>, sendo a Ilha de Trindade um dos pontos focais desta rota marítima, demandando maior desafio para proteção de tais áreas, pois “a defesa das comunicações marítimas permanece uma grande preocupação, uma vez que elas ainda são militarmente vitais e centrais para a saúde de economias forçadas por circunstâncias amplamente geográficas a serem marítimas”. (TILL, 2009, p. 100, tradução nossa)

Desta forma, o artigo destacou a importância das ilhas para os Estados manterem sua soberania e a extrema necessidade do Estado brasileiro investir em Vigilância, Segurança e Defesa em seus limites além-mar, enaltecendo os meios sugeridos para as ilhas de Trindade e Martim Vaz.

## CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Ilha da Trindade; Ilha Martim Vaz;

<APOIO>; Defesa;

## REFERÊNCIAS

Os interessados em obter as Referências Bibliográficas devem entrar em contato com o Advogado Fabrício Robson de Oliveira pelo *e-mail*: [fabricio\\_robson@hotmail.com](mailto:fabricio_robson@hotmail.com).

11 Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/97-7a12/7a12-voce-sabia/curiosidades/1629-o-tamanho-do-brasil.html>.

12 Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/brasil-supera-desempenho-de-nacoes-mais-ricas-mas-perde-posicoes-entre-as-principais.html>.

13 Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2017, apenas 13,52% das exportações e 10,81% das importações brasileiras são transacionados com países com os quais o Brasil faz fronteira terrestre (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). Destes, apenas a Argentina figura entre os dez maiores exportadores e importadores de mercadorias brasileiras.